

A RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM UMA TURMA DE 3.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORTALEZA-CE

Josivan Alves Ribeiro¹

Gilmar Alves de Farias²

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade hodierna, muito tem se falado e se discutido acerca da alfabetização e do letramento. Durante muito tempo buscaram-se diferentes formas de ensino das letras, e o próprio termo letrado sugere a ideia de um sujeito que conhece as letras e consegue se relacionar bem com elas. De forma contrária, o termo iletrado passa a ser empregado, muitas vezes, de forma pejorativa, denotando aquele indivíduo que não conhece as letras e não consegue se relacionar com elas, de forma coerente. No entanto muito tem se discutido acerca desses dois processos e sobre a forma que eles interagem entre si, sobre como podemos proporcionar aos nossos educandos propostas de alfabetização que tenha como pano de fundo o letramento.

A escola tem sido o palco principal desses processos, e a sociedade como um todo espera ansiosamente que essa instituição consiga proporcionar aos indivíduos que ali chegam uma educação que garanta as

1 Graduando de Pedagogia na Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza - CE. E-mail: josivan.alves@alu.ufc.br

2 Professor da Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza - CE. E-mail: profgilarias@hotmail.com

possibilidades mínimas de convívio social desses sujeitos, seja garantindo um emprego digno, ou proporcionando a entrada na faculdade. Dessa forma cabe aqui uma reflexão acerca de qual é o papel da escola frente aos pressupostos acima mencionados, e qual função essa instituição desempenha no processo educativo dos sujeitos, e como se dá o processo de alfabetização e letramento nas salas de aula.

É consenso entre todos que aprender a ler é um processo social, assim como o de falar. E esse processo está amalgamado em diversos contextos, seja ele o social, o econômico, o político, enfim, toda prática de ensino tem uma intenção pedagógica. Porém, muitas vezes as práticas do ensino – aqui vamos nos focar na leitura e na escrita – são desenvolvidas dissociadas do contexto dos educandos, não demonstrando a aplicabilidade e a funcionalidade da leitura e da escrita aprendidas na escola, parecendo ser algo dissociado da vida social dos sujeitos.

Isto posto cabe aos educadores se posicionar de forma crítica frente às questões propostas acima. Esse despertar da consciência educadora deve ser o primeiro passo a ser dado, para que tenhamos uma educação comprometida com as questões sociais dos alunos.

Em relação à vivência dos educandos, sabe-se que no processo anterior à escola, conforme Ferreiro e Teberosky (1984), a criança já possui conhecimentos prévios sobre a escrita, os quais ela aprende em casa com o convívio com seus pais. Dessa forma entende-se que a criança já tem um conhecimento prévio em relação à leitura e à escrita, ou seja, não se pode achar que esse sujeito está desprovido de saberes e conhecimentos.

É comum que uma criança de quatro ou cinco anos ainda não saiba escrever seu nome ou que ainda não seja capaz de ler corretamente uma frase ou uma palavra. Mas essa mesma criança, apesar de tudo isso, certamente sabe o nome da boneca de que mais gosta, o nome do brinquedo que mais adora, o nome do desenho animado a que mais assiste, e consegue, certamente, identificar o nome de alguns dos itens citados acima, mesmo sem ter sido submetida ao processo de alfabetização e letramento escolar.

Isso porque, mesmo antes de entrar na escola, a criança já está cercada da presença de nomes, rótulos, embalagens, brinquedos, signos verbais e não verbais, que vão de alguma forma despertar nela uma consciência letrada. Importante salientar também que, se essa criança vive em um ambiente onde pais leem constantemente jornais e revistas, se essa criança percebe que sua mãe está sempre com um caderno em mãos fazendo anotações, seja em uma agenda, em um bloco de papel, enfim, quanto mais letrado for o ambiente em que ela vive, mais chances essa criança terá de, quando chegar à escola, já ter bastante consciência do mundo letrado em que ela vive.

Partindo para a sala de aula, o ambiente escolar também deverá proporcionar condições para que os educandos se sintam imersos em um ambiente letrado. Nesse sentido cabe ao professor desenvolver uma pedagogia que não subestime o conhecimento dessas crianças, partindo-se dele para que possa desenvolver uma alfabetização consciente e que antes de ser apenas uma reprodução dissociada da realidade, seja de fato uma educação que garanta autonomia à criança.

No que se refere ao letramento, sabe-se que esse processo ocorre muito antes da chegada da criança à escola, pois muitas vezes o sujeito já domina esse aspecto cognitivo de uso social. Partindo desse pressuposto, surge a necessidade de se pesquisar esse tema em uma sala de aula, em que, ao analisar esse lócus, pretende-se investigar a ação de um educador, observando a prática docente que ele realiza.

O intento dessa pesquisa foi o de observar como um profissional de educação desenvolve sua prática e como ele consegue alfabetizar e letrar, quais suas técnicas de ensino-aprendizagem, qual é sua intenção pedagógica, qual a base teórica que o sustenta para que, no final de uma etapa da educação infantil, ele consiga devolver as capacidades dos educandos.

Nessa pesquisa, descreve-se como se dá o processo de letramento e alfabetização nas práticas alfabetizadoras de uma professora do 3.º ano do ensino fundamental, identificando no cotidiano dela ações de ensino que levem ao uso social da escrita e da leitura. Verificando as estratégias didáticas utilizadas por essa educadora nas aulas, percebe-se que,

apesar da boa intencionalidade aparente da docente, muitos equívocos foram observados. A análise dos resultados será feita amparada na obra da psicopedagoga Emília Ferreiro através da sua tese, *Psicogênese da língua escrita* (1985), ambientada no construtivismo de Jean Piaget, além de Carvalho (2005).

2. CONCEITUANDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização e letramento são termos utilizados por professores e pesquisadores para falar sobre o processo de aquisição do sistema convencional de escrita. Existem diversas definições para esses termos. De forma apriorística traz-se a definição de alfabetização cunhada por uma autora contemporânea, em que ela define o processo como:

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Em outras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita. (VAL, 2006, p. 19)

Dessa forma, pode-se dizer que o processo de alfabetização considera a aquisição do sistema de escrita alfabética convencional em todos os seus aspectos, tanto os morfológicos (grafemas), como os fonológicos (fonemas). Pode-se compreender a alfabetização como um processo que considera o sujeito detentor de uma capacidade de codificar e decodificar as palavras, mas também existem outros pensamentos que definem o ser alfabetizado como aquele que consegue ler e entender um texto e formar uma opinião a respeito dele, mesmo não sendo um sujeito letrado.

Por outro lado, o termo letramento se relaciona com o uso social desse sistema, seja ele conhecido ou não pelo aluno. No excerto a seguir, a autora conceitua e define letramento.

Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo. (VAL, 2006, p. 19)

Isto posto, podemos dizer que o letramento é um processo anterior à sala de aula e que para ser letrado o indivíduo não precisa necessariamente ser alfabetizado, pois através do uso social da língua ele consegue fazer uso do código escrito, seja ao ler o número do ônibus que ele vai pegar para voltar para casa, seja para receber um troco em uma compra, em que ele sabe que determinada cédula de real corresponde a determinado valor em dinheiro.

Pensando em alfabetização e letramento, podemos dizer que o processo que antecede a sala de aula deve ser considerado, pois para Ferreira e Teberosky (1995) em nota preliminar à primeira edição do livro *Psicogênese da língua escrita*:

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamentos a respeito da natureza, função e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que, além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... (FERREIRO; TEBEROSKY, 1995, p. 37-38)

Isso quer dizer que as crianças compreendem os signos e os símbolos alfabéticos, seguindo uma intuição que geralmente advém do conhecimento prático que elas detêm, pois, ao longo de suas vidas, estas têm contato diário com os signos verbais, pois veem seus pais usando o código linguístico no seu cotidiano, prática essa que elas incorporam e que não são levadas em consideração no processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Dessa forma, precisa-se compreender que os processos de alfabetização e letramento que ocorrem na sala de aula devem ser mais observados, para que se possa compreender melhor como esses processos ocorrem. É de fundamental importância para o professor compreender que, para alfabetizar crianças, há a necessidade de compreender diversos fatores que interagem entre si, dentro e fora da sala de aula.

Já para Carvalho (2005, p. 65), alfabetização pode ser definida da seguinte forma:

Uso a palavra alfabetização no sentido restrito de aprendizagem inicial da leitura e escrita, isto é, a ação de ensinar (ou o resultado de aprender) o código alfabético, ou seja, as relações entre letras e sons. Existem definições mais amplas de alfabetização que incluem as habilidades de interpretação de leitura e produção de escrita, e até de conhecimento do mundo, mas prefiro destacar o caráter específico da alfabetização, que considero um processo limitado no tempo, no conteúdo e nos objetivos.

Para Soares (2009, p. 18), o termo letramento foi introduzido na nossa língua em meados dos anos 1980 e tem sua origem na língua inglesa, na palavra *literacy*: letra, do latim *littera*, e o sufixo *mento*, que denota o resultado de uma ação (como, por exemplo, em ferimento, resultado da ação de ferir). Letramento é, pois, para Soares (2009, p. 18): “[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

De forma sucinta podemos diferenciar a alfabetização e o letramento como processos diferentes, mas que entre si albergam características semelhantes. Enquanto o processo de alfabetização consiste em proporcionar ao sujeito a codificação e a decodificação do alfabeto, o letramento, por sua vez, trata de um processo em que o indivíduo passa a fazer uso social da língua, das palavras, do léxico. Assim, Soares (2009, p. 36) faz a distinção dos termos da seguinte forma:

Há, assim, uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado (atribuindo a essa palavra o sentido de que tem *literate* em inglês). Ou seja: a pessoa que aprende a ler e a escrever - que se torna alfabetizada - e que passa a fazer uso da leitura e da escrita - que se torna letrada - é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever - é analfabeta - ou, sabendo ler e escrever não faz uso da leitura e da escrita - é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita.

Isto posto, há a necessidade de se perceber que ambos os processos são distintos, porém guardam entre si semelhanças, apesar de muitos educadores terem confundido os processos, sendo levados a cometer erros crassos na sua prática pedagógica.

3. CONTRIBUIÇÃO DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA PARA A ALFABETIZAÇÃO

A teoria da psicogênese da escrita foi uma proposta elaborada pelas estudiosas Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1979) que teve uma grande repercussão em nosso país. A teoria colocou em xeque as formas anteriores de alfabetização nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) do MEC.

Sabemos que até certo momento do processo de alfabetização brasileira, as pessoas eram alfabetizadas apenas repetindo e memorizando as palavras. Esse processo apenas faz com que o indivíduo decodifique o que lê, num processo que é obtido através da repetição, em que a escrita alfabética é reduzida a um código.

A proposta desenvolvida por Ferreiro e Teberosky(1979) vai, no entanto, na contramão desse processo, pois, com a teoria da psicogênese, a tarefa do alfabetizando não é aprender um código, mas sim, se apropriar de um sistema notacional.

O que a teoria da psicogênese nos mostra é que a humanidade levou muito tempo para inventar o sistema alfabético e, para internalizar esse sistema de forma coerente e funcional, há a necessidade de compreender que esse processo não ocorre da noite para o dia. A perspectiva evolutiva adotada pela teoria da psicogênese pressupõe que “para dominar o sistema de escrita alfabética, a criança, o jovem ou o adulto, alfabetizando precisa desvendar a esfinge, compreendendo as propriedades do alfabeto como sistema notacional” (MORAIS, 2012, p. 49).

A importância da psicogênese da língua escrita reside no fato de que, ao nos inserirmos no processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos, devemos ter em mente que não iremos apenas ensiná-los a repetir palavras e decorar frases sem sentido. Nosso papel será o de proporcionar a esses sujeitos uma leitura de mundo em que eles são os protagonistas. Nessa história os saberes são muitos, e o conhecimento não se resume a decodificar palavras e memorizar frases prontas.

Nessa perspectiva o papel da psicogênese da língua escrita é sobremaneira primordial para que possamos desenvolver uma alfabetização efetiva. Os estudos de Ferreiro e Teberosky(1995) são imprescindíveis e colocam em relevo a importância de adotarmos uma postura crítica frente aos sujeitos alfabetizando. Dessa forma para Ferreiro e Teberosky (1995, p. 51):

Ao adulto, a escrita parece homogênea porque temos critérios apurados para enxergar o que é relevante à leitura. Para uma criança iniciante, ao contrário, tudo parece igualmente importante, até que haja a construção de diferenciações entre os traços gráficos. Uma produção gráfica pode conter grafismos de muitos tipos, possíveis de serem interpretados a partir da construção de diferenciações entre as letras, os números, os sinais de pontuação, os desenhos, além do nome das letras, para falar de apenas parte dos elementos da convenção presentes no texto escrito.

Isso quer dizer que para cada sujeito será aplicada uma diferente pedagogia, levando em consideração que o adulto compreende o sistema

notacional de uma forma, e a criança entende de outra. Nessa perspectiva a teoria da psicogênese da língua escrita surge no sentido de abarcar as diferenças conceituais no processo de alfabetização de jovens, crianças e adultos.

4. DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino do município de Fortaleza-CE. Primeiramente, optou-se por pesquisar em uma sala de primeiro ano, quando se descobriu que, no município de Fortaleza, a alfabetização e o letramento vão até o 3.º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma a pesquisa foi realizada nessa série.

Inicialmente fez-se contato com uma escola de Fortaleza onde a recepção foi muito boa. Após uma sondagem, constatou-se, que nessa escola, havia um projeto desenvolvido por uma instituição particular, em que estagiários de pedagogia davam aulas de reforço para alunos do 1.º ao 3.º ano do ensino fundamental, com o objetivo de alfabetizá-los e letrá-los.

Inicialmente fui apresentado a uma estagiária de Pedagogia de uma faculdade particular de Fortaleza, que era a responsável por dar aulas desse projeto aos alunos dos terceiros anos. A estudante está no sexto semestre do curso de Pedagogia e está participando desse projeto há cerca de seis meses. Para se ter uma abrangência do que estava sendo trabalhado nessa sala, optou-se por analisar os planos de aula da professora, pois essa é considerada uma etapa muito importante na formação de crianças.

Optou-se por fazer uma pesquisa qualitativa, pois, nesse contexto, procurou-se fazer uma pesquisa qualitativa, pois nesse contexto, a priori, pois a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Para Minayo (2002, p. 21-22):

Ela (a pesquisa) se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço

mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa forma o fenômeno estudado encontra-se no âmbito das relações entre sujeitos, em que, a partir da realidade social deles, podemos fazer um estudo comparativo entre teoria e prática.

4.1 Análise dos planos de aula

A partir dos planos de aula analisados, percebem-se bastantes elementos de uma prática alfabetizadora pouco consistente nas aulas da professora estagiária. Ela utiliza várias estratégias para alfabetizar, porém a elas faltam elementos críticos. Por meio de trava-línguas, ela faz as crianças brincarem com as palavras e letras, pois dessa forma a habilidade de leitura de palavras semelhantes era trabalhada. Outra atividade interessante era o bingo de nomes.

Nessa atividade, observa-se o emprego do método fônico de alfabetização. Sobre esse método, Carvalho (2005, p. 24) aduz da seguinte forma:

Ao aplicar métodos fônicos, o professor dirige a atenção da criança para a dimensão sonora da língua, isto é, para o fato de que as palavras, além de terem um ou mais significados, são formados por sons, denominados fonemas. Fonemas são unidades mínimas de sons da fala, representados na escrita pelas letras do alfabeto. [...] Ensina-se o aluno a produzir oralmente os sons representados pelas letras e a uni-los (ou melhor dizendo, fundi-los) para formar as palavras. Parte-se de palavras curtas formadas por apenas dois sons representados por duas letras, para depois estudar palavras de três ou mais. A ênfase é ensinar a decodificar os sons da língua, na leitura, e a codificá-los, na escrita.

Nessa atividade as crianças eram levadas a relacionar os fonemas com os respectivos grafemas. Dessa forma, buscou-se trabalhar com a noção dos grafemas a partir do alfabeto móvel, em que as crianças teriam que, sozinhas, montar o trava-línguas apresentado na atividade e, a

partir da escuta das palavras faladas, deveriam conseguir fazer a relação fonema-grafema.

Sobre essa prática de uso do método fônico de alfabetização, Carvalho (2005, p. 30-31) entende que:

[...] minha posição pessoal é que um treinamento para estabelecer ou desenvolver a consciência fonológica é parte necessária, mas não suficiente, do processo de alfabetização. Sempre considerei útil que os professores alfabetizadores realizassem atividades de reconhecimento de rimas, formação de palavras que começam com a mesma sílaba, supressão de sílabas e outras. No entanto, argumento que uma estratégia puramente fonológica não basta para o desenvolvimento pleno da leitura e da escrita. [...] Daí a necessidade de alternar atividades de decodificação de sílabas e de palavras simples com atividades de leitura de textos naturais para que a criança desenvolva conhecimentos de sintaxe, de vocabulário, e alcance familiaridade com diversos tipos de textos, cada qual com regras próprias de organização.

Esse é um dos primeiros problemas enfrentados pela criança na aquisição dos processos de leitura e escrita. Primeiramente ela tem que entender que aquelas marcas no papel representam sons e que esses sons representam sílabas. Dessa forma na concepção de Azenha (1995, p. 43):

Se a escrita representa parte da linguagem falada, ela o faz através de uma convenção que é arbitrada socialmente. Esse é um obstáculo importante a ser superado e não é tarefa simples, do ponto de vista intelectual. Nenhuma característica da escrita tem semelhança com o objeto representado. As letras, que para um iniciante são apenas traços no papel, simbolizam sons da fala e compreender este conteúdo implica ser capaz de estabelecer relações simbólicas com as coisas, isto é, relações que são mediadas por um objeto que as substitui ou representa.

A autora afirma que a existência de uma competência própria do sujeito de compreender a linguagem oral não dá margem para que este mesmo sujeito consiga reproduzir corretamente a forma correta da língua escrita. Ou seja, se uma criança não consegue reproduzir corretamente palavras que para nós são muito conhecidas, isso não significa que elas nunca conseguirão reproduzi-las. A autora sustenta sua ideia, amparada pelo que preceitua Noam Chomsky que diz que a criança já detém uma quantidade significativa de entendimento dos signos linguísticos, fato esse que não é considerado no processo de alfabetização dessas. Dessa forma, Ferreiro e Teberosky (1995, p. 41):

Apoiam-se na concepção de que a linguagem atua como uma representação, ao invés de ser apenas a transcrição gráfica dos sons falados. O mundo verbal, incluindo fala e escrita, é ao mesmo tempo um sistema com relações internas entre ambos os códigos (fala e escrita), onde não há estrita correspondência entre ambos. Além disso, a escrita é também um sistema que se relaciona com o real.

Isso quer dizer que no bojo da discussão entre língua oral e língua falada, há uma completa distinção, pois os dois processos são diferentes entre si, ao passo que a língua escrita é uma representação da realidade que tem seus significados próprios.

“Um dos primeiros problemas enfrentados pela criança, para desvendar a escrita, é compreender o que as marcas sobre o papel representam e como se realiza esta representação” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1995, p. 41). O que ocorre na verdade é que na observação com as crianças, há uma completa diferenciação do que se ensina com o que a criança aprende, e isso se observa no processo de escrita, que em suma tende a ser o aprendizado que essa criança detém sobre o uso da língua.

Isto posto, a partir dos conceitos apresentados pela autora, pode-se perceber que as estratégias alfabetizadoras devem estar relacionadas com a realidade social do aluno, em que este deve perceber o uso social da escrita. A partir da escrita do próprio nome as crianças vão percebendo

paulatinamente a importância do uso social do código escrito. Um outro plano de aula foi utilizado pela estagiária e nele foi trabalhado um outro trava-línguas muito conhecido: O Rato Roeu a Roupa do Rei de Roma. Só que, nesse caso, os alunos deveriam escrever no caderno a frase deixando omitindo a letra inicial das palavras da frase. Nessa perspectiva a proposta pedagógica abordada, em que a simples leitura de uma frase solta, descontextualizada do real, não possibilita ao aluno a capacidade discursiva da escrita. Portanto, não é correto o pensamento que considera escrita e fala, dentro da mesma competência linguística, pois entre ambas existem diferenças latentes que devem ser observadas. Essa perspectiva é assim expressa no livro *Psicogênese da língua escrita*:

[...] a progressão clássica que consiste em começar pelas vogais, seguidas da combinação de consoantes labiais com vogais, e a partir daí chegar à informação das primeiras palavras por duplicação dessas sílabas, e, quando se trata de orações, começar pelas orações declarativas simples, é uma série que reproduz bastante bem a série de aquisições da língua oral, tal como ela se apresenta vista “do lado de fora” (isto é, vista desde as condutas observáveis, e não desde o processo que engendra essas condutas observáveis). Implicitamente, julgava-se ser necessário passar por essas mesmas etapas quando se trata de aprender a língua escrita, como se essa aprendizagem fosse uma aprendizagem da fala. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 24)

Dessa forma, não é correto o pensamento que considera escrita e fala instâncias inseridas dentro da mesma competência linguística, pois entre ambas existem diferenças latentes que devem ser observadas, pois a escrita não é uma mera transcrição gráfica da fala, é, pois, uma representação dela.

Pensar a alfabetização como um lugar onde a criança vai se deparar com letras e sílabas e a partir delas, começar de imediato a criar suas próprias construções textuais, é inegavelmente uma cilada em que o educador pode cair. Por conseguinte, é necessário refletir a respeito da prática pedagógica adotada para não cair nessa armadilha. Em relação à alfabetização, Freire (1989, p. 9) aduz da seguinte forma:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Freire (1989) nos alerta para o processo alfabetizador em que as técnicas utilizadas não se relacionam com a realidade social dos alunos. Assim, é necessário perceber as relações interativas entre os alfabetizados e o mediador da aprendizagem. Por isso é necessário fazer uma reflexão crítica e perceber que relação se estabelece nessa mediação educativa. Não seria possível perceber qualquer relação de sentido por meio de frases como: “*O rato roeu a roupa do Rei de Roma*”, pois não há algo significativo para crianças ou adultos que sequer conhecem um “Rei” ou sua relação com “Roma”.

CONSIDERAÇÕES

Perceber as dicotomias existentes na escola é uma das maiores capacidades que se espera de um professor educador. Dada a importância dos processos educativos existentes em sala de aula, onde o professor terá que dispor de recursos para uma educação de qualidade, muito se espera da ação do educador, sendo relegado a este a principal obrigação de educar.

Porém deve ser considerada nesse processo uma série de fatores que implicam o processo educativo, tais como as questões econômicas, sociais, enfim, são muitas considerações que devemos fazer acerca do processo educativo. Porém, mesmo que esse educador não consiga lograr êxito na sua intenção pedagógica, não devemos fazer julgamento moral de suas ações, pois, para Freire (2016, p.34) que nos conforta em suas palavras:

A avaliação da prática é fator importante e indispensável à formação da educadora. Quase sempre, lamentavelmente, ava-

liamos a pessoa da professora e não sua prática. Avaliamos para punir e não para melhorar a ação dos sujeitos e não para formar.

Daí então, é importante que pensemos a prática pedagógica como um ambiente que está marcado por complexas teias, onde diversos fatores interagem entre si para compor o bojo de educação e conhecimento.

A partir das análises feitas anteriormente podemos afirmar que as práticas alfabetizadoras que se desvinculam da realidade social dos alunos estão fadadas ao fracasso, pois em si apenas reproduzem mais do mesmo, não conseguindo desenvolver nos alunos uma competência linguística mais elaborada. A importância de trabalhar alfabetização e letramento em sala de aula é muito grande, pois essas práticas são os alicerces basilares para a construção da autonomia da criança. Por meio de atividades contextualizadas e coerentes com a realidade do aluno, o professor poderá desenvolver as capacidades fundamentais para o sucesso dos alunos em se tratando de alfabetização e letramento.

Para Freire (1989, p. 13), a alfabetização não deve ser a mera repetição e memorização das letras e sons. Isto posto, ele ainda diz que:

Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem.

De forma análoga e corroborando o que preceitua Freire em sua fala, precisamos enaltecer as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento para que elas propiciem uma leitura crítica da realidade do aluno, desenvolvendo nele as capacidades psicológicas superiores e o desvelamento da realidade social que o cerca.

Após a análise das práticas pedagógicas da professora, podemos perceber que, apesar de sua boa intenção em se tratando de alfabetização e letramento, suas práticas ainda estavam muito atreladas às antigas práticas tradicionais em que métodos antigos e arcaicos ainda são utilizados em sala de aula nos dias atuais.

Mas nesse contexto surge a seguinte pergunta, que método utilizar nas aulas de alfabetização? Certamente não teremos uma resposta para essa questão. O que deverá existir é um conhecimento teórico metodológico por parte da educadora para que ela possa ver na sua sala de aula qual método se adequa mais com a realidade dos educandos. Sobre essa questão, Carvalho (2005, p. 46) se posiciona da seguinte forma:

Para a professora, seja qual for o método escolhido, o conhecimento das suas bases teóricas é condição essencial, importantíssima, mas não suficiente. A boa aplicação técnica de um método exige prática, tempo e atenção para observar as reações das crianças, registrar os resultados, ver o que acontece no dia-a-dia e procurar solução para os problemas dos alunos que não acompanham.

Dessa forma, é necessário que o educador faça um mergulho profundo em suas práticas educativas, a fim de que ele possa contribuir de forma significativa na formação dos educandos.

Em relação à prática adotada pela educadora, Carvalho (2005, p. 45) aduz da seguinte forma sobre o processo observado no plano de ensino:

Para colher bons resultados na alfabetização, penso que é necessário ensinar as relações letras-sons de forma sistemática, mas sem rigidez, evitando que o ensino fique excessivamente centrado na decodificação. Quando falo em ausência de rigidez, quero dizer que, embora a professora tenha em mente ensinar as letras ou as palavras-chave numa determinada ordem, se estiver atenta à realidade à sua volta, descobrirá assuntos ou acontecimentos importantes que despertam a curiosidade infantil e podem ser traduzidos em palavras e frases. É uma maneira de aumentar a motivação, para aprender a ler, daqueles que não

se mostram especialmente interessados. Por outro lado, quase sempre ela encontrará crianças que espontaneamente querem aprender letras e palavras previstas.

Por fim, para que possamos findar a discussão, é necessário fazer algumas sugestões ao educador. É necessário que ele sempre perceba as dificuldades dos alunos e tenha um olhar atento para as principais necessidades deles. Não importa qual vai ser o método de alfabetização que ele vai adotar, o que importa é o cuidado que ele vai ter no desenvolvimento desse método, assim como a intenção pedagógica que ele vai dispor para que sua ação se desenvolva com sucesso. De posse desses cuidados, certamente teremos uma prática educativa séria, coerente com a realidade social dos alunos e condizente com a postura política e filosófica do educador.

REFERÊNCIAS

- AZENHA, Maria da Graça. *Construtivismo: De Piaget a Emília Ferreiro. A Alfabetização*. São Paulo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Professor sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água, 1997.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 102 p. v. 1.
- MINAYO, Maria Cecília; Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.21-22, 2002.
- MORAIS, Artur Gomes de. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? In: CARVALHO, Maria A. F.; MENDONÇA, Rosa H. (orgs). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p. v. único.